



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Bolsonarismo, mitos e mitologias políticas

direita radical e a apologia à intervenção militar

Jefferson Rodrigues Barbosa

Como citar: BARBOSA, J. R. Bolsonarismo, mitos e mitologias políticas: direita radical e a apologia à intervenção militar. *In:* BARBOSA, J. R.; HERNÁNDEZ, O. A. P. (org.).

Extremismos políticos e direitas: Bolsonaro, Trump e a crise das "democracias". Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 35-68. DOI:

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p35-68>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO 2

BOLSONARISMO, MITOS E MITOLOGIAS POLÍTICAS: DIREITA RADICAL E A APOLOGIA À INTERVENÇÃO MILITAR

*Dr.º. Jefferson Rodrigues BARBOSA*¹

INTRODUÇÃO

O extremismo político de direita e a agenda da direita radical têm obtido grande repercussão no contexto de crise das democracias representativas contemporâneas. Muitas análises sobre esses fenômenos políticos são denominadas de forma generalizante pela imprensa e trabalhos acadêmicos sob a expressão *extrema-direita*. Formulação limitada em termos científicos conceituais (BARBOSA, 2015, p. 153), assim como o termo *extremismo político*. Entretanto, são operacionais para a identificação de ações e concepções que evidenciam postulados como violência, xenofobia, revisionismo histórico e políticas antidemocráticas daqueles que propalam formas de nacionalismo de matriz chauvinista.

¹ Professor de Teoria Política Contemporânea do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas (DCPE) da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Unesp. Campus Marília, SP. E-mail: jefferson.barbosa@unesp.br. <https://orcid.org/0000-0001-9168-8469>. <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p35-68>

Pesquisas e debates acadêmico contemporâneos sobre as direitas têm destacado que entre formas de legitimação de diferentes modelos societários de autocracia burguesa, um aspecto geral das direitas, estas podem ser analisadas nos aspectos de suas particularidades. Por exemplo, aqueles que são explicitamente tributários do fascismo e nazismo históricos e ditaduras (como as Ditaduras Militares). Os neoconservadores que defendem pautas de defesa de valores morais e costumes e atuam nos debates públicos, no campo da imprensa e dos ofícios intelectuais de educação e cultura, sob prerrogativas do apelo a tradição, ordem e autoridade. E, os políticos e partidos de orientação antiestablishment, chamados também nas ciências sociais na Europa de “populistas de direita”. São aqueles que se colocam retoricamente contra instituições e pontos do sistema representativo e pressupostos constitucionais, portando concepções ultraliberais ou de chauvinismo de bem-estar social, mas disputando eleições. O critério conceitual de *direita radical* tem estas três distinções (MUDDE, 2007, 2106).

Cas Mudde, em “A extrema direita hoje” (MUDDE, 2019), afirma que as organizações da direita radical no século XXI diferem de seus congêneres da segunda metade do século XX, porque estas organizações foram, em muitos casos, “normalizadas”, tornando-se parte do sistema político oficial de muitos países. Nesse sentido, o autor afirma que grupos e ideias extremistas, antes consideradas marginalizadas depois da segunda guerra mundial, se infiltraram com êxito nas correntes políticas estabelecidas e no *mainstream* político.

Para o autor, que é referência internacional nos estudos do que ele denomina de ‘direita radical’ (MUDDE, 2007, 2016), o que antes eram manifestações políticas periféricas, agora, são manifestações políticas estabelecidas no sistema político oficial de muitos países. Em alguns países, estão no poder em cargos do executivo, nas instituições legislativas, disputando o Parlamento da União Europeia, disputando eleições em municípios e atuando nos meios de comunicação. Dessa forma, em diversos países, influenciam as agendas políticas, a opinião pública e as eleições.

Cas Mudde (2019) e outros pesquisadores, referenciados ao final deste trabalho, evidenciam com dados de diferentes organizações que, nesta nova realidade contemporânea, o que antes eram manifestações periféricas e marginais

se tornaram parte do “novo normal”, argumentando através de evidências atuais sobre a normalização do extremismo de direita em muitos países e uma maior influência de temas da agenda política de organizações da direita radical. Apontando, sobretudo, a importância da política extraparlamentar destes líderes e partidos, impulsionando um movimento social mais amplo de apoiadores, ao invés do enfoque exclusivo da política partidária existe também uma mobilização social, por exemplo, como os ativistas nos protestos e atos públicos em plataformas digitais e associações civis.

Diferentes em suas particularidades históricas e singularidades políticas e ideológicas, estes objetos aqui em análise são entendidos como manifestação histórica concreta da conjuntura de crise à direita, no contexto brasileiro com Bolsonaro e internacional com diferentes especificidades nacionais.

A conjuntura brasileira marcada pelo bolsonarismo evidentemente motivou a organização deste trabalho. Sendo a preocupação do autor suplantar perspectivas generalizantes que aplicam o conceito de fascismo como um adjetivo ou pleonasma. Existe no debate científico conceitual e rigoroso a interpretação da nomenclatura fascismo como uma categoria transnacional mais ampla, com expressão no debate da bibliografia especializada sobre o tema (PAXTON, 2007). Alguns estudos no Brasil trazem também interpretações criteriosas e bem fundamentadas sobre o Governo Bolsonaro e seus apoiadores sob o conceito de neofascismo (BOITO JR., 2020; MATTOS, 2020). Não sendo possível aqui, por espaço e objetivos, aprofundar essas diferentes interpretações.

A partir do critério da valoração das particularidades históricas e singularidades dos fenômenos sociais, as expressões das direitas compõem diferenças em seus axiomas. Entretanto, além das particularidades e singularidades históricas e nacionais, essas manifestações do extremismo político de direita apresentam um elemento em comum que são formas de expressão política as quais legitimam a autocracia burguesa como universalidade, refletindo a lógica da conflitualidade de classes.

Os estudos sobre as direitas cresceram nos últimos anos como reflexo também das crises políticas e econômicas na realidade social. Investigações no campo das ciências políticas e outras áreas das ciências sociais têm

analisado movimentos, partidos e regimes políticos dessa referida cultura política. Nesse sentido, a busca por critérios metodológicos adequados motiva pesquisadores deste campo de estudos específico: as direitas, suas políticas e ideologias.

Para Cas Mudde (2016, p. 07), o crescimento dos estudos do que ele denomina como “direita radical” tem sido acompanhado de pouca inovação teórica desde o início dos anos 1990, e isso ocorre, segundo ele, porque grande parte dos estudos são quantitativos, baseados em hipóteses, não em teorias. De acordo com o autor, “novos estudos devem ir além da zona de conforto das eleições, de dados quantitativos eleitorais e estudos históricos qualitativos descritivos” (MUDDE, 2016, p.09). Segundo Mudde, para desenvolver novas ideias, precisamos de novos dados com base em métodos, como entrevistas, observação participante e análise qualitativa de conteúdo, através de fundamentos teóricos e conceituais (MUDDE, 2016, p.09).

A conjuntura contemporânea internacional das últimas décadas tem evidenciado a presença crescente de muitas lideranças políticas e partidos disputando posições nos sistemas institucionais de democracias representativas com afirmativas de defesa de pressupostos, agendas e projetos de caráter antidemocrático. Colocando-se como antiestablishment, entretanto sem romper com a participação e disputas eleitorais, esses líderes e partidos têm sido denominados pela bibliografia especializada, como expressões da direita radical (COMPARATO, 2014; DALMONTE; DIBAI, 2019; MUDDE, 2021, 2019, 2016; NORRIS, 2005).

Participando do sistema político representativo, mesmo portando valores e discursos em contradição com os princípios constitucionais, representantes da direita radical se colocam como antissistema, ainda que de forma retórica. Entretanto, a denominação conceitual direita radical é propositiva pela vantagem de distinção destes movimentos e partidos da atualidade, comparando aos tradicionais movimentos, partidos e líderes de caráter chauvinista que marcaram a primeira metade do século XX, chamados generalizadamente de extrema-direita ou fascistas.

As pesquisas sobre o tema, através da análise do desempenho eleitoral e de agendas políticas, destacam que o aumento dos partidos e candidatos da direita radical nas disputas e desempenhos eleitorais vem exercendo influência não somente em temas e debates, mas obtendo aceitabilidade por parte do eleitorado, além de influenciar partidos convencionais de direita e centro-direita, diante da necessidade de obtenção de votos, apoios e alianças.

O diferencial principal é que a influência de pontos da agenda política da direita radical tem normalizado concepções antidemocráticas e restritivas sem romper necessariamente com a ordem institucional ou reproduzir mimetismos tributários a concepções ideológicas e organizativas ou modelos de estéticas do fascismo histórico.

No Brasil, essas expressões extremistas de direita têm antecedentes históricos desde a primeira metade do século XX (BARBOSA, 2015). Porém, com a crise política desde 2013 e a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro à presidência da República, a mobilização de uma direita radical dentro da ordem institucional ganhou novas ressonâncias e posições.

Para Cas Mudde, um dos pontos característicos da direita radical é a suplantação de discussões e programas em torno de problemas socioeconômicos, priorizando temas socioculturais, e, principalmente, polemizando em relação a contradições das democracias representativas, em torno de três eixos principais: corrupção, segurança e imigração (MUDDE, 2021, 2016).

O debate das ciências sociais contemporâneas na Europa, seguindo os apontamentos de Cas Mudde e outros autores de referência sobre os estudos recentes do radicalismo de direita, é oportuno para uma análise de Jair Bolsonaro² e seus seguidores, denominados bolsonaristas, objeto aqui em discussão.

² “Jair Messias Bolsonaro nasceu em Campinas (SP), em 1955. Ingressou no Exército em 1977, tendo chegado à patente de capitão. No entanto, com pouco mais de 10 anos de carreira, foi encaminhado à reserva por atos indisciplinados, inclusive pelo plano ‘Operação beco sem saída’, no qual ameaçava explodir bombas de baixa potência na Academia Militar das Agulhas Negras e em vários quartéis por reajuste salarial. Em 1988, venceu sua primeira eleição, como vereador do Rio de Janeiro. A partir disso, foi deputado federal por sete mandatos consecutivos, de 1990 até 2017. Embora tenha protagonizado atos infracionais contra as Forças Armadas, é defensor da memória da ditadura civil-militar de 1964 e tem os militares como seu principal nicho

A crise das instituições e a instabilidade de ordem social e econômica impulsionam o radicalismo político de direita no Brasil nos últimos anos, principalmente a partir de 2016 e 2018, quando se aprofundou na conjuntura nacional um processo antidemocrático que obteve novos impulsos e estímulos com a vitória eleitoral de Bolsonaro e muitos de seus apoiadores.

O bolsonarismo, enquanto movimento social regressivo e enquanto intento e ideologia regressiva, é uma manifestação deste período de crise. Obviamente a expressão bolsonarismo é um produto dos estrategistas políticos do atual presidente, mas tem capilaridade social, além de influenciadores que arquitetam diferentes formas de ativismo político nas redes sociais. São ativistas políticos que mobilizam atos e protestos com claro potencial fascistizante.

A construção de uma base de apoio fiel e acrítica ao atual presidente, radical, muitas vezes violenta e ignorante, tem a finalidade de ser instrumentalizada de acordo com os interesses de Jair Bolsonaro, e tem sido utilizada como base de legitimação de seu governo. Ignóbeis, estes são entendidos aqui como militantes de um movimento regressivo que Bolsonaro e seus apoiadores buscam fortalecer e mobilizar, como grupo de pressão em seu apoio e agenda política.

Em termos de conteúdos ideológicos, defendem um suposto nacionalismo que na prática é um mero patriotismo retórico, composto por três bases de sustentação: um postulado conservador como conteúdo moral (pauta dos costumes); uma defesa intransigente do liberalismo como orientação econômica (modelo ultraliberal) e a defesa de uma ordem político-social em que a militarização do Estado e da sociedade é um princípio importante (concepções de intervencionismo militar) (MATOS, 2020).

A correlação entre os princípios de ideologia, economia e política tem conotações diferenciadas de acordo com os perfis dos grupos de apoio ao presidente. Mas a prerrogativa de uma nostalgia ao regime militar é destaque

de apoio, pelo menos até 2012, quando supomos que ele tenha ganhado mais visibilidade e representatividade, conquistando simpatia/apoio de outros grupos, sobretudo evangélicos e parte da classe média ressentida com a esquerda/PT. [...] A maioria dos projetos apresentados no Parlamento está relacionada à segurança pública e defesa da categoria militar. [...]” (DALMONTE; DIBAI, 2019, p. 5).

para grande parte dos bolsonaristas. No entanto, nem todo bolsonarista defende uma nova intervenção e ditadura civil-militar. Denominamos, neste artigo, os que defendem essa referida ideia como ‘bolsonaristas intervencionistas’. Esse é o grupo de apoio analisado nesta pesquisa.

Para sustentar a reflexão sobre alguns dos elementos da ideologia e movimento bolsonaristas, na apologia à defesa do intervencionismo militar, são aqui apresentadas algumas exemplificações de situações de mobilização destes apoiadores do presidente, assim como discursos de Jair Bolsonaro no âmbito de apoio ao intervencionismo militar na sociedade e administração do Estado Brasileiro.

Entre “mitos” e mitologias políticas no Brasil contemporâneo, desde o projeto “Ponte para o Futuro”, *slogan* utilizado pelo governo federal com Michel Temer depois do desenvolvimento, em 2016, do Golpe de Estado (BIANCHI, 2016), observamos um rápido processo de crise das instituições democráticas representativas no país, onde poderíamos tristemente ironizar com o resgate - indevido - do lema de Juscelino Kubitschek: “cinquenta anos em cinco”, só que com saltos para trás.

Os bolsonaristas, na acepção defendida nesta análise, são entendidos como uma base de mobilização social que se faz presente em diversas cidades brasileiras em atos de protesto, carreatas e manifestações. Seja em defesa do atual presidente, defendendo o fechamento do Congresso Nacional, o fim do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a volta da Ditadura Militar. Obviamente esta última pauta, aqui enfatizada, mobiliza com maior influência a parte dos bolsonaristas que denominamos de bolsonaristas intervencionistas militares.

Nesse sentido, as afirmativas de apologia à tendência intervencionista militar são privilegiadas, nesta abordagem, através da análise de fontes primárias, conteúdos de discursos e manifestações de Jair Bolsonaro como presidente, e da mobilização de seus ativistas em entrevistas, protestos e em ações de apoio ao governo. A discussão da ideia de mito político é aqui também brevemente colocada e alguns fundamentos de teoria política são instrumentalizados para a análise do bolsonarismo no debate sobre o que pesquisadores denominam de direita radical.

AS TRÊS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS ENTRE OS BOLSONARISTAS E O MITO DO INTERVENCIONISMO MILITAR PARA A ORDEM

A distinção dessas tendências de direita, que apoiam e formam o bolsonarismo e pontos de sua agenda política, revela traços e finalidades de sua função social e fundamentos ideológicos. Assim, são portadores da defesa de uma concepção autocrática de governo.

Aqui são referenciadas algumas distinções acerca dos grupos ou tendências que caracterizam os apoiadores do presidente e seu governo, segundo dados retirados de importante pesquisa publicada no livro “Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil” (MATTOS, 2020):

Em quase todas as análises sobre a composição e o primeiro ano do governo Bolsonaro, foram destacados os diferentes grupos que o integram. Um forte núcleo militar está presente do primeiro ao quarto núcleo dos ministérios, secretarias, autarquias e fundações federais. A ele se soma um núcleo dito “ideológico” (como se os demais fossem “técnicos”), fortemente influenciado por Olavo de Carvalho, de um lado, e do fundamentalismo evangélico, de outro, que teria ocupado os postos de comando nos ministérios da Relações Exteriores, da Mulher e Família e da Educação. O terceiro núcleo é o dos economistas ultraliberais, comandados por Paulo Guedes. Aos três núcleos se somou a chancela da figura pública de maior popularidade do governo entre os setores que foram às ruas “contra a corrupção” e votaram em Bolsonaro: o ex-juiz Sergio Moro, no ministério da Justiça. (MATTOS, 2020, p. 204-205).

A função social dos conteúdos ideológicos do bolsonarismo (intervencionismo militar, pauta da moral e dos costumes e ultraliberalismo na defesa do Estado mínimo) é dar fundamento e sentido aos apoiadores do governo sobre as políticas defendidas pelo presidente, servindo como instrumento de orientação para seus apoiadores mais mobilizados e proporcionando também aos simpatizantes elementos de justificativa acerca da suposta ideia de uma superação da “velha política” (onde combate ao petismo é fator de articulação entre estas três vertentes do bolsonarismo). Na promessa retórica do início de uma “nova política” - moralmente

cristã, defensora das liberdades de mercado e da defesa da propriedade e sustentada pelas autoridades e pela ordem, garantida pelos militares.

Portanto, trata-se de uma coalizão de segmentos sociais que apoiam deliberadamente um regime de autocracia burguesa (MATTOS, 2020), por isso a desvalorização entre eles de pressupostos de uma organização institucional regulada por instituições políticas de democracia representativa ou popular. Assim, são aqui denominados de direita radical, porque se colocam à direita da direita, desdenhando dos procedimentos constitucionais, sem romper com o sistema político-eleitoral. Não sendo necessariamente tributários do fascismo.³

O dispositivo militar, no sentido de privilegiar recursos militarizados para a manutenção de uma ordem social, é então um fundamento importante que sustenta o modelo de sociedade defendido pelos bolsonaristas.

Sobre a dimensão da presença militar no governo, basta mencionar que nenhum governo desde a ditadura militar (e mesmo na maioria dos governos daquele período) teve tantos militares em cargos de primeiro, segundo e terceiro escalão nomeados pelo presidente e seus ministros quanto o de Bolsonaro. [...] (MATTOS, 2020, p. 205).

O bolsonarismo defende um modelo de regime político antidemocrático, ou seja, um regime autocrático, onde as ações do seu líder não encontrem entraves e limites constitucionais. Como são nostálgicos das políticas iniciadas em 1964, defendem uma modalidade de regime que é aqui entendido como apologia a formas de Estado de Exceção. A apologia à militarização como critério para a ordem social é explícita nas manifestações de Bolsonaro e dos bolsonaristas intervencionistas.

No entanto, a apologia à Ditadura Civil-Militar é um elemento ideológico presente desde o início da trajetória política de Jair Bolsonaro.

³ Apesar de correlações ideológicas de claro tributo chauvinista. Por exemplo, o lema de Bolsonaro e de seu governo é “Deus, Pátria e Família”, o tradicional lema apregoado pelos integralistas brasileiros desde 1932 até hoje. Nesse sentido, chamá-los de neo-integralistas faria mais sentido do que atribuir o conceito de neofacismo a Bolsonaro e os bolsonaristas. Entretanto, nenhuma destas duas terminologias nos parecem adequadas pensando o critério de particularidades e singularidades dos fenômenos históricos. Para não correremos o risco de generalizações conceituais.

Como apontaram pesquisadores que analisaram seus discursos e entrevistas desde o final dos anos de 1980:

A exaltação do militarismo é percebida desde 1986 – quando publicou seu primeiro artigo em meios de comunicação, cobrando salários mais justos para o Exército – até 2017 – quando afirmou que colocaria militares em metade dos ministérios, caso fosse eleito presidente da República. No entanto, ao longo desse tempo, os temas variaram de reivindicações salariais para defesas cada vez mais contundentes da ditadura e seus atos, inclusive com a prática de negacionismo histórico. No salvaguardo do regime, ele adota linhas de argumento nem sempre retílineas ou constantes (DALMONTE; DIBAI, 2019, p. 6).

A gênese da trajetória de Jair Bolsonaro como militar de carreira e as relações deste político durante mais de três décadas, inicialmente como vereador na cidade do Rio de Janeiro e depois com consecutivos mandatos como deputado federal, tendo em sua base eleitoral, principalmente, agentes das forças de segurança pública, policiais e militares da ativa e da reserva, além de agentes de empresas privadas de segurança, sustentando suas campanhas com a defesa da pauta da ordem, segurança e melhores salários para estas categorias profissionais, é pontuada também por outro estudo importante lançado recentemente que analisa os vínculos diretos de Bolsonaro com princípios de defesa de uma ordem a ser resguardada sob uma concepção militarizada de política e sociedade.

Bruno Paes Manso, no livro “A República das Milícias”, argumenta:

O novo mandatário, durante sua carreira militar (curta e banal) e política (inexpressiva), assumiu ideais herdados dos subterrâneos do regime militar, nos quais autoridades planejavam conflitos em segredo, compartilhados apenas entre integrantes de uma espécie de irmandade que acreditava agir em nome da salvação do Brasil. Essa cultura de heróis invisíveis, guerreiros de uma batalha inglória, surgiu nos anos sessenta e setenta nos porões da ditadura, nas batalhas das polícias e das Forças Armadas contra a guerrilha urbana e os opositores do regime. Durante o processo de redemocratização, muitos militares que participaram dos confrontos se ressentiram com as críticas de que foram alvo. Entendiam a volta da democracia

como um retrocesso, como um espaço para que esquerdistas tomassem o poder, justamente os grupos que militares e policiais haviam se dedicado tanto a combater. Bolsonaro tirou do armário este ressentimento e faria dele o mote de sua carreira política, como se fosse um infiltrado com a missão de sabotar o sistema que se formava com a Nova República [...] (MANSO, 2020, p. 257-258).

Os mitos chauvinistas que marcam presença na história política brasileira, hoje, são lembrados e justificados como fundamento ideológico de discursos do presidente e de membros do governo, assim como de apoiadores mais engajados. Eles estão reacendendo mitos e mitologias políticas, como o “anticomunismo”, defesa da militarização da sociedade para a “defesa da nação”, a concepção de uma “idade de ouro”, de um Brasil sob a ordem, a exemplo do período da chamada “revolução de 1964”, denominação dada pelos apoiadores da Ditadura Civil-Militar brasileira, numa retórica marcada pela naturalização de concepções conservadoras, no aspecto da política, e liberal, no campo da economia (DOMBROWSKI, 2020).

O conceito de Mudde de “direita radical” (MUDDE, 2021, 2019, 2016) é válido para a análise e conceituação no campo da ciência política para fundamentar o Bolsonarismo. Denominá-los de “direita radical” pode parecer um pleonasma, mas, nos estudos de Cas Mudde sobre partidos políticos da direita radical, este conceito é empregado para fazer distinção de partidos, movimentos e políticos que são chamados de forma generalizante de extrema-direita. A direita radical não faz apologia direta ao fascismo, nazismo ou ideologias congêneres que marcaram as experiências clássicas. A direita radical também é diferente de partidos de direita tradicionais ou de centro-direita. Na prática, são aqueles partidos e organizações que se colocam como antiestablishment e têm proposições denominadas antidemocráticas.

DEFESA DA MILITARIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS APOIADORES DO GOVERNO

Alguns casos de mobilizações e atos de protestos, impulsionados por Bolsonaro e seguidos por seus apoiadores durante os últimos três anos, são aqui exemplificados para destacar como as ações da direita radical brasileira foram impulsionadas na conjuntura de crise política nacional contemporânea. Assim como alguns pronunciamentos do presidente e dados de entrevistas de seus apoiadores em que a apologia ao intervencionismo e o ataque a instituições são claramente evidenciados. Dessa forma, as afirmações do atual presidente e o ativismo político de seus apoiadores são evidências inequívocas de posicionamentos de confronto e ataques às instituições representativas. Elemento que colabora com a tese do bolsonarismo como exemplo contemporâneo no Brasil do que o debate acadêmico denomina como direita radical.

Entre o início de 2020 e 2021, Jair Bolsonaro e os bolsonaristas obtiveram repercussão com muitas manifestações de atos de protesto contra instituições públicas e em apoio ao governo. Destacam-se, no período, as comemorações do “dia do soldado”, 19 de abril de 2020, no qual, em muitas cidades brasileiras, ocorreram atos a favor do fechamento do Congresso e do STF e de uma ditadura militar com a permanência do atual presidente no cargo de comando do país. (G1, 2020).

No dia 31 de maio de 2020 (GARCIA; FALCÃO, 2020), ocorreram mais manifestações em Brasília onde apoiadores do governo, vestidos de verde e amarelo, realizaram carreatas e marchas até a esplanada dos ministérios e se aglomeravam para ver e ouvir seu “mito”. Foram muitos os cartazes e palavras de ordem contra o STF, o congresso e, tema constante, a defesa por uma nova intervenção militar, com Bolsonaro na presidência, conforme apontado acima.

Estas mobilizações públicas, previamente organizadas e esteticamente articuladas, poderiam soar como um elemento isolado, já que numericamente estão longe de serem consideradas “manifestações de massa”. Mas, no contexto atual, são dados de evidências de uma conjuntura crítica.

Nos referidos atos e manifestações, um dos temas centrais do pensamento do teórico nacional-socialista alemão Carl Schmitt obteve vigor: a teoria amigo-inimigo. Nessa perspectiva, é necessário eliminar os inimigos internos e externos para garantir ao poder soberano a manutenção da ordem por meios discricionais. O poder soberano é maior do que a constituição e a neutralização dos adversários conforme Carl Schmitt define o conceito político (SCHMITT, 1992).

Neste cenário, que poderia ser ilustrado com imagens do cineasta Ingmar Bergman, no filme “O ovo da serpente”, os fatos de manifestações em defesa de um novo intervencionismo militar, no atual contexto brasileiro, são observados em diferentes atos e protestos dos apoiadores de Jair Bolsonaro.

A banalização do discurso intervencionista militar é popular hoje, a ponto de o atual Presidente da República participar de um ato em Brasília organizado em apoio ao retorno da Ditadura Civil-militar e do fechamento do Congresso Nacional, no referido dia 19 e abril de 2020, dia do soldado. Assim, foram também organizados atos semelhantes orquestrados nos dois finais de semana seguintes, dias 26 de abril e 03 de maio, em Brasília e em outras capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro.

O ato de protesto dos bolsonaristas do dia 19 de abril de 2020, na capital federal, foi bastante repercutido pelos meios de comunicação (G1, 2020), principalmente pelos telejornais. Contando com a presença do atual presidente ovacionado sob a denominação de “mito” nos atos de Brasília. Outros atos, com reproduções miméticas, assim como carreatas de apoio ao presidente em diferentes cidades do país, foram realizados com periodicidade entre 2020 e 2021.

Na ocasião do “dia do soldado”, negando apologia à ditadura e afirmando respeito às Forças Armadas, Jair Bolsonaro afirmou que sua presença na manifestação foi apenas uma homenagem aos militares. Na manhã de 19 de abril, glomeradas em frente ao QG do Exército na capital federal, algumas centenas de apoiadores ovacionaram o discurso do “mito”. Os manifestantes ouviram seu “mito”, aglomerando-se e sem máscaras em época de restrições devido à pandemia do coronavírus, discursando sob gritos e manifestações de apoio, com dizeres dos manifestantes como “Fora

Maia”, “Fecha o Congresso”, “A nossa bandeira jamais será vermelha” e “Feche o STF”. Além de vários cartazes com frases como “Intervenção militar já” e “A voz do povo é soberana. Somos todos bolsonaristas” (G1, 2020). No discurso, também divulgado na internet pelas redes sociais do presidente, ele afirmava:

Eu estou aqui porque acredito em vocês. Vocês estão aqui porque acreditam no Brasil. Nós não queremos negociar nada. Nós queremos é ação pelo Brasil. O que tinha de velho ficou para trás. Nós temos um novo Brasil pela frente. Todos sem exceção no Brasil têm que ser patriotas e acreditar e fazer a sua parte, para que possamos colocar o Brasil no lugar que ele merece. Acabou a época da patifaria. Agora é povo no poder. Mas do que um direito, vocês têm obrigação de lutar pelo país de vocês. Contem com seu presidente para fazer tudo aquilo que for necessário para que nós possamos manter a nossa democracia e manter aquilo que é o mais sagrado para nós que é a nossa liberdade. Todos no Brasil têm que entender que estão submissos à vontade do povo brasileiro. Tenho certeza, todos nós juramos um dia dar a vida pela pátria. E, vamos fazer o que for possível para mudar o destino do Brasil. Chega da velha política agora. Agora é o Brasil acima de tudo e deus acima de todos.⁴

Nas semanas de abril e maio de 2020, que transcorreram de forma atípica devido ao início da quarentena imposta pela pandemia de COVID-19, ocorreram muitas manifestações e carreatas pela reabertura do comércio em diversas cidades (fechado devido à pandemia), além de atos e manifestações pelo fechamento do STF e do Congresso Nacional, que proporcionaram novos holofotes para os camisas verde-amarela que têm na palavra “mito” a expressão de sua crença e apoio ao presidente (BORGES, 2020).

Outra iniciativa de mobilização na busca de projeção da imagem atuante do presidente, criada pelos assessores e administradores de sua campanha, são os encontros matinais com apoiadores e alguns jornalistas, quando geralmente Jair Bolsonaro comenta temas polêmicos dos

⁴ FACEBOOK. Jair Messias Bolsonaro. Live. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

acontecimentos nacionais e internacionais, testando sua popularidade e limites diante das quebras de protocolo e afrontamento às regras e normas institucionais e constitucionais que seu papel exige. (CORREIO DO POVO, 2020).

A partir de 2021, as manifestações do atual presidente com apoiadores em passeios com motocicletas em diferentes cidades foram motivos para críticas e alusões a imagens de Mussolini utilizando-se dos mesmos artifícios de propaganda em busca de popularidade (PALACIO, 2021).

Na pesquisa intitulada “Bolsonarismo em crise?”, as pesquisadoras Camila Rocha e Esther Solano (2020), através de pesquisas qualitativas com entrevistas realizadas com eleitores de Bolsonaro, registraram a avaliação dos apoiadores do presidente. Os entrevistados foram divididos em categorias, como “eleitores fiéis, críticos e arrependidos”.

O argumento central das pesquisadoras é que mesmo pesquisas apontando a perda de apoio, Bolsonaro ainda mantém uma base estável na defesa de seu governo. Entre os temas elencados nas entrevistas a questão da intervenção militar foi destacada:

Finalmente, quando questionados sobre um possível fechamento do Congresso, existem aqueles que se dizem contrários porque isso significaria uma ditadura: ‘Não, não, ditadura nunca. Eu já acho ele um pouco ditador. Eu conheci gente que viveu na ditadura e não quero isso de volta, isso nunca, por isso me preocupo com tantos militares no governo.’ (Mulher, 59, apoiadora crítica).

Outros defendem a medida porque acreditam que o Congresso seria apenas um antro de corrupção que atrapalharia o governo do presidente e que, portanto, deveria ser alvo de uma “limpeza geral”. E, nesse sentido, é interessante observar que enquanto alguns falam abertamente da necessidade de uma intervenção militar, outros não estabelecem uma relação direta entre o fechamento do Congresso e o início de uma ditadura, mas sim com a possibilidade de que a política no país pudesse recomeçar “do zero”. Chama a atenção, inclusive, que mesmo aqueles que estão arrependidos de terem votado em Jair Bolsonaro gostariam que o Congresso fosse fechado, tamanha a insatisfação com seu desempenho. (ROCHA; SOLANO, 2020, p.10).

Os dados colaboram com a interpretação aqui defendida de que o componente do intervencionismo militar é um elemento importante entre parte dos bolsonaristas, porém, os posicionamentos intervencionistas não representam um posicionamento hegemônico entre os bolsonaristas:

‘Se toda a política fosse para o lado militar eu acho que o Brasil iria pra frente. Sou a favor de fechar o Congresso e o STF. Com o Bolsonaro no poder.’ (Homem, 36, bolsonarista fiel) ‘Eu sou a favor também do fechamento. Acho que pra mim não são os filhos que tão impedindo o Bolsonaro, pra mim é o Congresso mesmo, porque nada se aprova.’ (Homem, 35, bolsonarista fiel) ‘Eu também acho que deveria fechar sim, o cara não pode trabalhar, não se respeita o presidente, não tem como, tem coisa por trás.’ (Homem, 32, bolsonarista fiel).

‘Eu acho que não é ditadura. Fecha o Congresso, mas não é para sempre, aí arruma as coisas e depois volta, mas tem que ter uma limpeza geral.’ (Mulher, 45, bolsonarista fiel) ‘Democracia é o direito de todos. Mas o problema é que o país está corrompido em todos os seus pilares. Então, é como se você tivesse uma casa velha. Você tem que derrubar, começar o alicerce de novo e fazer tudo de novo. Isso demora tempo. Se fizer isso logo, rápido, na próxima eleição está tudo normalizado e você entrega o país novamente para o povo e dá continuidade à vida.’ (Homem, 56, bolsonarista fiel) ‘Eu concordo com isso. Enquanto não tirar os caras vai continuar a mesma coisa. Quando um cara chega lá e tenta fazer mudança, ele vai ser barrado, então não vai ter governo. Pra mim o militarismo devia sim intervir, devia prender os caras e devolver o país pro Bolsonaro, aí ia estar bom’. (Homem, 34, apoiador crítico) Se os militares escolherem um cara idôneo, íntegro, tudo bem fechar, pra limpar nossas casas, dedetizar, tirar tudo o que tá arraigado e começar do zero. Mas fechar pra largar um que tá defendendo os filhos aí eu sou contra.’ (Homem, 45, arrependido) ‘Na minha opinião tem que ser fechado, o Jair tem todos os seus defeitos, mas é um cara que quer fazer algo e as pessoas impedem, e quem faz isso é o Congresso. Então deveria fechar, deveria fazer alguma coisa, porque do jeito que tá a situação vai piorar.’ (Homem, 41, arrependido). (ROCHA; SOLANO, 2020, p.10).

A relação à apologia ao regime militar e à valorização da ordem é evidenciada na “live” realizada pelo presidente no dia 29 de julho de 2021. Nessa ocasião, Bolsonaro alegou irregularidades e supostas fraudes nas últimas eleições presidenciais defendendo o fim do voto eletrônico para as eleições de 2022:

[...] Não tem preço narrar o que eu sinto quando eu desço em um aeroporto e sou aclamado pelo povo que vai lá de graça, que vai com a camiseta verde amarela. Nas andanças por aí eu vejo brilhar os olhos do General Augusto Heleno de ver a sua pátria tomada pelas cores verde e amarela [...]. Nós conseguimos trazer de volta o patriotismo ao povo brasileiro. E tem gente incomodada com isso. Quer destruir isso. Usando as armas da democracia. O povo não vai permitir isso. E digo a vocês que meu exército é o povo brasileiro. O exército verde oliva, é o exército do Brasil. Também nunca faltou quando a nação assim chamou as Forças Armadas. A história viveu momentos difíceis. Mas, a nossa liberdade foi preservada. Onde as Forças Armadas não acolheram o chamamento do povo, o povo perdeu sua liberdade. Orgulho de minha marinha, do meu exército e da minha aeronáutica. Orgulho das forças de segurança nacional, das polícias militares, polícias civis. [...] Está em nossas mãos o futuro da nossa pátria. Nossa redenção está em nossas mãos. Sou o “messias”. Mas, quero jogar nas quatro linhas da constituição. [...].⁵

Os ataques constantes às instituições e a crise da democracia representativa no Brasil sob o governo Bolsonaro podem também ser exemplificados em outros acontecimentos que impulsionaram grandes expectativas de seus apoiadores mais diretos, como as mobilizações de protestos no feriado nacional de Sete de setembro de 2021. O jornal BBC Brasil, em reportagem publicada no dia das manifestações, fez uma síntese das afirmações de Bolsonaro durante o ato de 7 de setembro, em Brasília:

O presidente Jair Bolsonaro fez uma série de ameaças ao Supremo Tribunal Federal (STF) e à democracia nesta terça-feira (7/9) em discurso na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, para manifestantes que se reuniram no 7 de Setembro para apoiar o governo.

⁵ YOUTUBE. Live da Semana - Presidente Jair Bolsonaro. 29 jul. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C4sE3OAVpHY>. Acesso em: 30 jul. 2021.

“Não podemos continuar aceitando que uma pessoa específica da região dos Três Poderes continue barbarizando a nossa população. Não podemos aceitar mais prisões políticas no nosso Brasil”, disse Bolsonaro em referência ao ministro Alexandre de Moraes, do STF, que determinou nesta segunda (5/9) a prisão de apoiadores do presidente que publicaram ameaças ao tribunal e a seus membros.

“Ou o chefe desse Poder enquadra o seu ou esse Poder pode sofrer aquilo que não queremos, porque nós valorizamos, reconhecemos e sabemos o valor de cada Poder da República”, completou Bolsonaro, conclamando o presidente do STF, Luiz Fux, a interferir nas decisões de Moraes - algo que seria inconstitucional. [...] (BBC Brasil, 2021).

A cobertura da grande mídia dos atos de apoio a Bolsonaro e seu governo repercutiu nos meios de comunicação como telejornais, canais da internet e redes sociais, principalmente nas mídias controladas por Bolsonaristas.

Foram organizadas carreatas até Brasília, acampamentos de apoiadores na Esplanada dos Ministérios, se arquitetou uma paralisação dos caminhoneiros, em parte cumprida, representantes do agronegócio enviaram máquinas agrícolas para a capital federal para bloqueios, em um teste de mobilização do Bolsonarismo em nível nacional. Pois, além de uma grande manifestação no Distrito Federal, também atos de apoio ao governo ocorreram nas principais cidades do país, como São Paulo, na avenida Paulista, na cidade do Rio de Janeiro e dezenas de atos que ocorreram em cidades do interior em diferentes estados.

Seguindo pontos de destaque da fala do presidente no ato de 7 de setembro, em Brasília, ressalta-se o tom de ameaças e a busca de apoio por parte dos setores militares dentro do governo:

“Não queremos ruptura, não queremos brigar com Poder algum, mas não podemos admitir que uma pessoa coloque em risco a nossa liberdade.”

Em cima de um carro de som, diante de manifestantes que vestiam verde e amarelo, Bolsonaro usou repetidas vezes o argumento de que a Constituição Federal estaria sendo ferida por outro Poder.

Mas ele próprio fez ameaças que, se concretizadas, significariam violações graves da Constituição.

“Nós todos na Praça dos Três Poderes juramos respeitar a nossa Constituição. Quem age fora dela se enquadra ou pede para sair”, disse, acrescentando que as manifestações do 7 de Setembro são um “ultimato” aos Poderes da República.

“Peço a Deus coragem para decidir. Não são fáceis as decisões. Não escolham o lado do conforto. Sempre estarei ao lado do povo brasileiro. Esse retrato que estamos tendo nesse dia é de vocês. É um ultimato para todos que estão na praça dos Três Poderes, inclusive eu, presidente da República, para onde devemos ir”, declarou.

No carro de som, bem ao lado de Bolsonaro, presenciando as ameaças do presidente, estava o ministro da Defesa, general Braga Netto.

“Eu jurei um dia, juntamente com (o vice-presidente) Hamilton Mourão, juntamente com Braga Netto, darmos nossa vida pela pátria. Vocês, se não fizeram esse juramento, fizeram outro igualmente importante: dar a sua vida pela sua liberdade”, declarou Bolsonaro.

“A partir de hoje uma nova história começa a ser escrita aqui no Brasil. Peço a Deus mais que sabedoria, força e coragem para bem presidir”, completou, sendo aplaudido por Braga Netto e demais ministros. (BBC Brasil, 2021).

Os embates de Bolsonaro contra o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também devem ser mencionados como exemplo de crise no Brasil. Pois, depois de eleito, o presidente buscou deslegitimar o processo eleitoral, os sistemas de votação eletrônica e o TSE numa postura que flertava com formas de intervenção e suplantação dos pressupostos jurídicos que respaldam as instituições representativas. Como no final de mês de julho de 2021, em que Bolsonaro realizou uma “live” em rede nacional questionando o sistema eleitoral brasileiro fundamentando informações falsas, as denominadas “Fake News”.

A repercussão foi grande e o próprio Senado se manifestou contra o presidente em notícia divulgada pelo site oficial “Senado Notícias” com a

manchete: “Senadores classificam live de Bolsonaro sobre urna eletrônica como ataque à democracia”.

Senadores criticaram, pelas redes sociais, live realizada pelo presidente Jair Bolsonaro em que ele voltou a dizer, que houve fraude nas eleições de 2018. Para eles, a transmissão ao vivo feita na noite de quinta-feira (29) foi “constrangedora”. E a classificaram como um “grave” ataque ao sistema democrático brasileiro. (AGÊNCIA SENADO, 2021).

As referências aqui articuladas de discursos do presidente e a cobertura da imprensa a acontecimentos importantes nesta conjuntura de crise que marca as instituições e a sociedade brasileira visam dar subsídio, através de fontes primárias, ao argumento central desta pesquisa de que a direita radical, base do Bolsonarismo, é impulsionada pelas ações e afirmações de Bolsonaro numa orientação antidemocrática, muito característica dessa vertente política.

As afirmações do atual presidente buscam mobilizar seu grupo de apoio principal, os bolsonaristas, em atos de protesto e mobilizações para dar legitimidade e sustentação popular ao governo e ao chefe do executivo.

A função social dos mitos políticos como o apelo de retórica nacionalista para o combate à ameaça dos inimigos internos, a suposta ameaça comunista, a defesa das tradições, moral e costumes, a garantia e a defesa da ordem, a confiabilidade do papel do líder e de algumas instituições, como as Forças Armadas, são, no Brasil contemporâneo, instrumentalizadas de forma articulada pelo presidente e seus apoiadores mais diretos, dentro e fora do governo, numa ameaça constante às instituições democráticas representativas.

MITOS E MITOLOGIAS POLÍTICAS

A palavra mito ganhou conotação popular e é atributo repetido pelos apoiadores do (Jair) “messias”, o qual prometeu salvar o Brasil em nome de “deus” e da “nação”, vencer a guerra contra a esquerda, o denominado “marxismo cultural” e o chamado “globalismo”.

A ideia da construção da imagem do “mito” é resultado e produto de uma articulada campanha eleitoral e publicitária que busca enaltecer e projetar a imagem do atual presidente, como manifestação de um homem no combate, contra os “inimigos internos da nação”, através da construção de uma mitologia marcada pelo patriotismo, tradição e ordem e segurança, que é uma remasterização da “Doutrina de Segurança Nacional” com valores liberais e conservadores.

Mitos e mitologias de “soldados” prontos para obedecer às ordens do líder em direção à “defesa da nação”. Assim, os bolsonaristas militantes se apresentam, no nível da retórica, como defensores da pátria, entendida como ameaçada por seus inimigos, internos e externos.

Os bolsonaristas, entretanto, banalizam e desconhecem o sentido das palavras. O significado da palavra “mito”, advindo do latim *mythos*, tem como origem a acepção de fábula, história. Em dicionário especializado, é relacionada à ideia de uma narrativa de características fantásticas, é uma crença sobre alguém dotado de capacidades extraordinárias, marcando a ideia de um tempo heroico, uma idade de ouro, ou, no sentido pejorativo, o mito também é entendido como a concepção de um conhecimento incorreto ou incompleto sobre um fenômeno.

Narrativa de teor fantástico e simbólico, normalmente com personagens ou seres que incorporam as forças da natureza e as características humanas. Algo ou alguém cuja existência não é real ou não pode ser comprovada. Crença construída sobre algo ou alguém; mitologia [...]. Ocorrência ou ação extraordinária, fora do comum, normalmente excessiva e deturpada pela imaginação ou pela imprensa. [Pejorativo] Conhecimento inverídico e sem fundamento [...] Relato sobre fatos e tempos heroicos que, normalmente, carregam certo teor de verdade. Forma representativa de fatos ou ícones históricos, idealizados pela literatura oral e escrita: Expressão figurada, não real, de qualquer outra coisa; alegoria. Modo idealizado de representar um momento, passado ou futuro, da humanidade. Etimologia (origem da palavra mito). Do latim *mythos*; *mythus*. “fábula, história”. (DICIONÁRIO AURELIO (ONLINE), 2020).⁶

⁶ MITO. *Dicionário Aurelio (online)*. 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

O pesquisador Luis F. Miguel, no artigo “Em torno do conceito de Mito Político”, argumenta que, na linguagem corrente e convencional, a palavra mito designa uma “ideia falsa” ou uma “imagem simplificada da realidade”. Segundo o autor, “o seu campo semântico é o da mentira” (MIGUEL, 1998, p. 01). Mas, tratando-se de mitos políticos, a reflexão e a explicação dos fatos ou das ideias é permeada por uma relação de “julgamentos factuais” e “juízos de valor”. A interpretação e análise da realidade social é sempre um campo de disputa entre tendências políticas.

Para o referido autor, também é necessário pontuar uma possível interpretação contraposta à aceção do mito como “ideia falsa”, além da perspectiva antropológica e histórica da categoria do mito, como uma forma diferente do pensamento lógico e científico, a exemplo das relações entre “sagrado e profano” e da funcionalidade dos mitos para a coesão social. Mas a especificidade dos mitos e mitologias políticas pode ser pensada também na dimensão de antagonismo, choque ou conflitualidade que exerce contra outras explicações que se quer contrapor.

Mistificação é o processo de construção de uma lógica argumentativa que busca falsear a realidade para a construção ou legitimação de um ícone (uma ideia, um indivíduo, uma instituição), para exercer um fato de mobilização social, para estimular antagonismos contra os inimigos. Na conjuntura contemporânea, estas intencionalidades são efetivadas por operações em que instrumentos da comunicação, marketing e publicidade possibilitam novos potenciais para a construção de mitos políticos com grande influência através dos meios de comunicação de massa e das táticas e estratégias no campo das disputas eleitorais. Segundo Miguel (1998, p. 2), “Ao eliminar a história, o mito despolitiza o objeto, não se pode deixar de chamar a atenção o próprio contraste entre a função política do mito e a forma despolitizada que ele se apresenta ostensivamente”.

O mito político é uma potente força para mobilização e ação política, e, conforme Miguel (1998), um de seus elementos constitutivos é a recusa da razão. O autor nos lembra que as disputas por juízos de valor não são passíveis de resolução pela lógica (MIGUEL, 1998, p. 06).

O mito do complô é um elemento caro numa reflexão sobre os fundamentos que sustentam mitos políticos, nesta dimensão, é a valoração da ideia de uma suposta “unidade perdida” dentro de uma percepção “orgânica do corpo social” que deve ser protegida. Para o autor, estas retóricas que sustentam a busca pela “unidade perdida” e a aversão ao conflito ou à alteridade marcam uma característica importante que sustenta os mitos políticos: “ele é a forma política da rejeição a política.”. (MIGUEL, 1998, p. 09). O mito utiliza esta rejeição aos procedimentos políticos como arma dentro das próprias disputas políticas. O “mito Bolsonaro”, como aparência “fenomênica”, sintetiza a regressividade de nossa sociedade e cultura contemporâneas.

Para Chauí:

O que é um mito? Um mito é uma narrativa sobre a origem de alguma coisa [...]. A palavra mito vem do grego, *mythos*, e deriva de dois verbos: do verbo *mytheyo* (contar, narrar, falar alguma coisa para outros) e do verbo *mytheo* (conversar, contar, anunciar, nomear, designar). Para os gregos, mito é um discurso pronunciado ou proferido para ouvintes que recebem como verdadeira a narrativa, porque confiam naquele que narra; é uma narrativa feita em público, baseada, portanto, na autoridade e confiabilidade da pessoa do narrador. E essa autoridade vem do fato de que ele ou testemunhou diretamente o que está narrando ou recebeu a narrativa de quem testemunhou os acontecimentos narrados. [...] Sua palavra - o mito - é sagrada porque vem de uma revelação divina. (CHAUÍ, 2000, p. 29).

As considerações no campo da história da filosofia apresentadas por Chauí (2000) nos são úteis, não para pensar e problematizar a tentativa de construção da imagem “mito”, mas sugere, também, a ideia do “mito” como enviado, como redentor. Como aquele que vai, supostamente, superar o que eles chamam de “velha política”. Para os militantes de matizes da direita radical os pressupostos ideológicos da restauração da ordem e a crença na autoridade redentora dos seus líderes é inquestionável. Uma lógica binária e maniqueísta.

Os denominados bolsonaristas representam o grupo de maior relevância para ações de apoio e mobilização, úteis para a divulgação de pautas e agendas de interesse do atual governo e de seus financiadores (empresários e políticos profissionais que apoiam Bolsonaro por interesse em cargos e obtenção de verbas orçamentares).

Os bolsonaristas, mesmo sendo um grupo heterogêneo (conservadores, ultraliberais e intervencionistas militares), atuam como grupo de pressão ao critério das pautas que o presidente busca afirmar e defender. Pois suas posições, no campo de política e da economia, oscilam na mesma proporção que oscilam os integrantes do atual governo.

Os bolsonaristas apenas obedecem. E a importância do grupo reside na possibilidade de mobilização. Sua forma de ativismo, na busca por projeção, é proporcionada por uma tática de ações de protesto em atos públicos, numa luta midiática de compartilhamento de imagens, vídeos, falsas notícias (*fake news*). Mas a condução por seus apoiadores em atos orquestrados ao estilo ‘flash mob’ se destaca. São um grupo de mobilização para defesa de pautas do governo e ações em atos de protesto, como apontado.

Eles aprenderam com as experiências das manifestações das direitas, desde 2014, que o ativismo se organiza em rede. E, suas forças de mobilização são orientadas para formas de organização e ações diretas contra seus antagonistas, através de mobilizações articuladas em redes, visando influenciar a opinião pública e se projetando também nas manifestações em atos de protestos presenciais por todo o Brasil.

Para Chauí (2000, p. 30): “O mito é, pois, incontestável e inquestionável.” Assim, Chauí (2000) afirma que o mito usa a linguagem da genealogia para explicar a origem das coisas. Dessa maneira, a explicação dos fenômenos sociais e históricos são explicados por mitos fundantes.

No nosso caso contemporâneo, a explicação se tornou popular. Estávamos, segundo a retórica bolsonarista, a caminho de uma “ditadura totalitária”, em que o “Fórum de São Paulo” e o Partido dos Trabalhadores representavam uma ameaça a ser combatida.

Como na época dos anos 1960, no contexto nacional contemporâneo, as instituições públicas são acusadas de corrupção. O discurso era na década de 1960 e é também hoje em torno do “eminente perigo comunista”, que exige medidas excepcionais para a garantia da ordem a fim de reestabelecer a defesa da garantia da autoridade.

O argumento da falência dos partidos e da chamada “velha política” e da necessidade de um retorno a uma “época de ouro”, em que a ordem era mantida e a “nação era forte”, subsidia a retórica deste “mito” do Brasil da defesa da ordem e da segurança sob o governo Bolsonaro. E se a ordem dos “anos de chumbo” da Ditadura civil-Militar, de 1960 a 1980, é considerada por seus apoiadores como “eficaz”, é porque resgata, segundo seus proselitistas, o “espírito” dos tempos “imemorais de Caxias”, dos militares do Brasil Império e do início da Primeira República. Os militares, portanto, devem reocupar a posição de organizadores e defensores da “Nação”, segundo a retórica do atual governo e seus apoiadores (G1, 2020).

Dessa forma, a cosmologia que sustenta uma explicação e uma visão mítica do mundo, segundo Chauí (2000), como citado, é formado por genealogias que explicam a “natureza” e “origem” dos fenômenos:

Vemos, portanto, que o mito narra a origem das coisas por meio de lutas, alianças e relações entre forças sobrenaturais que governam o mundo e o destino dos homens. [...] Como os mitos sobre a origem do mundo são genealogias, diz-se que são cosmogonias e teogonias. A palavra gonia vem de duas palavras gregas: do verbo gennaio (engendrar, gerar, fazer nascer e crescer) e do substantivo genos (nascimento, gênese, descendência, gênero, espécie). Gonia, portanto, quer dizer: geração, nascimento a partir da concepção sexual e do parto. Cosmos, como já vimos, quer dizer mundo ordenado e organizado. Assim, a cosmogonia é a narrativa sobre o nascimento e a organização do mundo, a partir de forças geradoras divinas. (CHAUI, 2000, p. 31-33).

A cosmogonia sustentada pelo *slogan* do atual governo federal; “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, ou, “Deus, Pátria e Família” representa a explicação sobre a genealogia da “nação” executada pela propaganda política oficial do governo, evidencia a instrumentalização

da retórica de um “Brasil grande” e “gigante por natureza”, que tem o compromisso com as “democracias cristãs ocidentais”, contra o “perigo do comunismo” e dos “inimigos da nação”. A exaltação da expressão “Deus acima de todos”, legitima-se em um ordenamento social baseado em fundamentos ufanistas e teocráticos que são valorados como singularidade frente à chamada “velha política” dos “partidos tradicionais”, à “crise dos costumes”, assim como, à necessidade de “defesa das tradições”.

DIREITA RADICAL NO BRASIL

Os Bolsonaroistas, enquanto grupo de mobilização do governo através da articulação de apoiadores de diferentes cidades e regiões, exercem, como uma força política de caráter conservador nos costumes e liberal na economia, uma agenda política composta por temas e interesses de grupos heterogêneos da direita radical brasileira. Defendem pautas e temas como: luta contra o direito ao aborto, a defesa do Escola sem Partido, contra a “ideologia de gênero”, a favor do revisionismo histórico, ao legitimar a violência do período da Ditadura Civil-Militar, e o combate à corrupção.

A direita radical se coloca em discurso como antissistema, mas não abre mão de adequações que permitem sua participação em disputas eleitorais, e necessariamente não faz apologia ao fascismo histórico, apesar de apresentarem agendas políticas antidemocráticas em torno de questões políticas e culturais (COMPARATO, 2014; DALMONTE; DIBAI, 2019; MUDDE, 2021, 2019, 2016; NORRIS, 2005).

O bolsonarismo é aqui interpretado a partir do conceito de direita radical (MUDDE, 2021) ao refletirmos sobre ações de mobilização e protestos, as formas de comunicação, vocábulos e ideias que fazem parte dos valores que buscam defender, dessa maneira, considera-se que o termo conceitual é adequado. A mobilização e a pauta do intervencionismo militar são elementos de sustentação do conceito em questão, entre outros temas e polêmicas em torno das ações do presidente Bolsonaro e de seus apoiadores mais aguerridos e mobilizados - os bolsonaristas. Obviamente o conceito de *direita radical* é uma tipologia conceitual, com limites característicos dos debates acadêmicos, entretanto, nos parece útil para a

intenção de denominar o bolsonarismo nos marcos destes quadros teóricos em voga nos estudos sobre as direitas, suas políticas e ideologias.

A nostalgia pelo Regime Civil-militar, as homenagens a militares como Brillhante Ustra, a preferência por quadros técnicos no executivo oriundos do meio militar e não civil, gerando uma militarização e aparelhamento do Estado por militares da ativa e da reserva, do alto a baixo escalão, proporcionam elementos para aplicação do elemento da defesa do intervencionismo militar como componente importante da ideologia bolsonarista. A defesa da militarização da sociedade e do Estado é um ponto de destaque desta expressão e vertente da direita radical brasileira. Portanto, o conceito de “direita radical” é pertinente para pensarmos conceitualmente as afirmações feitas pelo atual presidente e seus seguidores, saudosistas de 1964, com mitologias a respeito da segurança, defesa ordem e costumes para um “Brasil acima de todos”.

Um elemento é fato comprovado: os protestos de apoio ao atual presidente, em defesa do fechamento do Congresso Nacional e do STF, além de uma nova intervenção militar, têm, entre seus organizadores e patrocinadores, como bases de liderança, membros da cúpula do governo, empresários e um forte apoio de militares da ativa e da reserva, conforme apontam canais da imprensa e jornais de grande circulação (BORGES, 2020).

Bolsonaro, enquanto político, tem retórica, discurso e propaganda com princípios que visam sustentar uma imagem de um antiestablishment (contra a democracia representativa e o respeito aos pressupostos constitucionais) e revisionista (revisionismo histórico numa releitura positiva e apologética ao Regime Civil-militar).

Em termos de opções políticas, o modelo preferencial de regime político é exemplificado na sua nostalgia por Regimes de Estados de Exceção, como o iniciado em 1964. Assim, ele pode ser considerado, segundo a terminologia proposta por Cas Mudde, um “radical de direita”, pois flerta e apoia o período da Ditadura Civil-Militar, e, ainda hoje, manifesta apoio e defesa a concepções intervencionistas militares. O Bolsonarismo aposta

num modelo de autocracia burguesa tutelada pelos policiais e militares (MATTOS, 2021).

Em seus pronunciamentos e medidas nestes três primeiros anos de mandato, deixou evidências claras de que o “mito” é antidemocrático e os bolsonaristas, sua base de apoio, são um grupo de pressão instrumentalizado para impulsionar a imagem do presidente e legitimar suas ações. Mas em detrimento do país, através de uma apologia ao retorno de uma ordem militarizada.

Para Cas Mudde (2021), na atualidade, políticos e partidos de centro-direita e conservadores acabaram por aderir a pontos das agendas políticas da direita radical. Diferente, segundo ele, da extrema-direita tradicional da segunda metade do século XX que ocupava posição marginal nos sistemas políticos:

A diferença não está tanto no que a direita radical oferece. Na raiz, não se pode dizer que Trump seja menos radical e extremista que Bolsonaro ou Le Pen. A diferença é o papel da extrema direita dentro do contexto político mais amplo no que chamo de terceira onda, da qual Jean-Marie Le Pen é um ótimo exemplo. Na época, a extrema direita estava obtendo sucesso eleitoral com suas opiniões, mas os atores políticos eram vistos como corpos estranhos, o que é radicalmente diferente hoje. Não apenas as ideias da extrema direita se tornaram a corrente principal, mas os próprios atores radicais fazem parte do mainstream. Tanto Bolsonaro quanto Trump são ou foram os presidentes. Isso faz com que eles mudem as políticas diretamente. O ponto principal é que há países nos quais a extrema direita não está no governo, mas suas ideias são defendidas por partidos convencionais. É a transformação de partidos conservadores em direita radical. Os conservadores encampam ideias da direita radical. (MUDDE, 2021).

A interpretação aqui sustentada é que existe hoje uma normalização e uma integração maior nos sistemas representativos de vitórias eleitorais de partidos ou políticos que se colocam numa posição abertamente contrária a pressupostos constitucionais e a normas democráticas. É o que Cas Mudde denomina de quarta onda dos partidos e políticos da

direita radical (MUDDE, 2016) que agora não são marginais no sistema e ocupam posições de poder, normalizando pontos antidemocráticos de sua agenda política.

A normalização de questões consideradas restritivas e regressivas em relação a minorias étnicas ou políticas, o revisionismo de questões históricas como a apologia a regimes ditatoriais, o nativismo e a xenofobia, a pauta dos temas relativos à moral e aos costumes, são exemplos de pontos das agendas políticas de líderes e partidos da direita radical, de acordo com o quadro teórico e as fontes primárias aqui referenciadas sobre o assunto. Segundo as considerações colocadas, a principal ação da direita radical é trazer temas e pontos, outrora considerados inadequados, antidemocráticos ou ilegais, para o debate público, influenciando os partidos conservadores tradicionais e de centro-direita que começaram a encampar as ideias da direita radical em seu discurso convencional (MUDDE, 2021).

CONSIDERAÇÕES

Nesta conjuntura no Brasil, iniciativas de mobilização em “defesa da pátria”, com mitos e mitologias que buscam legitimar formas autocráticas e Estados de Exceção, ocorrem de modo a normalizar pressupostos autocráticos. Como no exemplo dos posicionamentos de defesa do intervencionismo militar e as críticas a instituições representativas.

Os bolsonaristas permanecem fiéis ao seu presidente neste último ano de sua desastrosa gestão, ainda sob a defesa de mitos como o perigo comunista, defesa dos valores cristãos, defesa de um modelo ultraliberal, apologia à manutenção da ordem social pelas Forças Armadas e a infalibilidade do líder. Os temas da agenda política do grupo influenciam o debate político e os partidos tradicionais de direita.

Os apoiadores do presidente, os bolsonaristas, buscam se firmar como grupo de pressão e de apoio para mobilização em defesa da agenda política de Bolsonaro. São expressão da direita radical no Brasil, exercendo ressonância, como em outros países, para a defesa de uma agenda política antidemocrática, porém, não rompendo ou negando o sistema político.

Se colocam como antiestablishment, sem romper com o jogo eleitoral e a disputa por cargos eletivos. Mas, como consequência, radicalizam debates e protestos com a defesa de pressupostos inconstitucionais e fazendo apologia a uma ordem de fundamentos autocráticos.

Bolsonaro e seus seguidores, os bolsonaristas, aqui são denominados a partir do conceito de “direita radical”, conforme fundamentado, seguindo referências conceituais em voga no debate acadêmico de alguns autores que se debruçam sobre o tema extremismo político das direitas. O conceito é aplicado para instrumentar a crítica de caráter científico ao objeto deste estudo: Bolsonaro e os bolsonaristas intervencionistas. Além das figuras do atual presidente e de seus apoiadores mais entusiastas e acríticos, dentro de cargos importantes do executivo e legislativo, existem também bolsonaristas fiéis, dentro de instituições da administração pública do governo federal, no legislativo e nos governos estaduais. Sendo o bolsonarismo a nomenclatura para a identificação do intento de ideologia regressiva e do movimento social de mobilização e grupo de pressão, em apoio à agenda do presidente e a determinadas ações pautadas pelo atual governo. Dessa maneira, entendemos que o bolsonarismo como uma possibilidade de denominação conceitual para atribuímos a ideologia e ao movimento social de apoiadores do atual presidente.

Para Bolsonaro, neste contexto de ano eleitoral de 2022 em que se prepara para disputar a reeleição, com pesquisas apontando que não é o favorito entre os eleitores, sua opção é adequar-se a acordos políticos com os partidos tradicionais de centro. Entretanto, a discussão de uma agenda e debates que serão marcados pelos pontos de concepções da direita radical estará garantida se a candidatura à reeleição de Jair Bolsonaro for consolidada, influenciando certamente o debate eleitoral e a mobilização de seus apoiadores.

Bolsonaro, nesse sentido, configura-se como um político profissional oportunista que instrumentaliza determinados mitos e mitologias políticas da direita radical brasileira. Seus apoiadores mais mobilizados, os bolsonaristas, são defensores das concepções da direita radical, evidenciando um potencial fascizante. Defendem soluções como uma nova intervenção militar, o fechamento do TSE e do STF, a volta do voto impresso, conforme aqui apontado, através das análises e referências das fontes primárias e secundárias utilizadas.

A partir de 2021, observa-se a aproximação do governo com os políticos de centro, o ‘centrão’, como denomina a grande imprensa. Somado a esse contexto, conflitos e mudanças entre a equipe governamental e apoiadores importantes, ao que parece, alteraram a dinâmica e as expectativas de uma reeleição certa, frustrando aqueles que eram, ou ainda são, apoiadores mais radicalizados do ‘presidente’, aclamado por muitos seguidores como ‘mito’.

Independente dos resultados eleitorais de 2022, Jair Bolsonaro e os Bolsonaristas deixarão como legado o fortalecimento de tendências políticas da direita radical, mobilizando extremistas de potencial fascizante e resgatando elementos trágicos da cultura e da política nacional, como a defesa do Regime Civil-militar brasileiro como modelo para a restauração da “ordem e autoridade contra os inimigos da nação”.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *Chauvinismo e extrema direita: crítica aos herdeiros do sigma*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- BIANCHI, Alvaro. O que é um golpe de Estado. *Blog Junho*. 26 mar. 2016.. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>. Acesso em: 17 jun. 2021
- BOITO JR, A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 50, p.111-120, 2020.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- COMPARATO, Bruno Konder. *Uma direita radical no Brasil?*. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política ABCP, 9., Brasília, 2014.
- DALMONTE, Edson; DIBAI, Priscilla. A direita radical ‘bolsonarista’: da aporofobia à defesa da memória de regimes de exceção. *IdeAs*, n. 14, 01 out. 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ideas/6895>. Acesso em: 01 fev. 2022.
- DOMBROWSKI, Osmir. Conservador nos costumes e liberal na economia: liberdade, igualdade e democracia em Burke, Oakeshott e Hayek. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 23, n. 2, ago, p. 223-234, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p223>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- MANSO, Bruno Paes. *A República das Milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo: Editora Todavia, 2020.

- MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020.
- MITO. In: DICIONÁRIO AURELIO (online). 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- MIGUEL, Luis Felipe. Em Torno do Conceito de Mito Político. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, 1998.
- MUDDE, Cas. *A direita radical populista: uma normalidade patológica*. *Revista Em Tese*, Florianópolis, v. 19, n. 1, 2021.
- MUDDE, Cas. *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- MUDDE, Cas. *The Far Right Today*. Cambridge: Polity Press, 2019.
- MUDDE, Cas. *The study of populist radical right parties: towards a fourth wave*. Oslo: University of Oslo. C-REX Center of Research on Extremism, 2016. (C-REX Working paper series, n.1).
- NORRIS, Pippa. A tese da “nova clivagem” e a base social do apoio à direita radical. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 1, p.1-32, 2005.
- PAXTON, Robert O. *Anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. *Bolsonarismo em crise?* São Paulo: Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, 2020. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16277.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2022.
- SCHIMITH, Carl. *O conceito de político*. Petrópolis: Vozes, 1992.

FONTES DOCUMENTAIS

- AGÊNCIA SENADO. *Senadores classificam live de Bolsonaro sobre urna eletrônica como ataque à democracia*. 30 jul. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/30/senadores-classificam-live-de-bolsonaro-sobre-urna-eletronica-como-ataque-a-democracia> . Acesso em: 30 jan. 2022.
- BBC BRASIL. *As ameaças de Bolsonaro em discurso a manifestantes no 7 de Setembro*. 07 set. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58479785> Acesso em: 30 jan. 2022.
- BORGES, André. Cúpula do partido de Bolsonaro ajudou a organizar ato antidemocrático em Brasília. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 05 maio 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cupula-de-partido-de-bolsonaro-ajudou-a-organizar-ato-antidemocratico-em-brasil,70003292787>. Acesso em: 06 maio 2020.

CORREIO DO POVO. *Bolsonaro despista imprensa e fala somente com apoiadores*. 16 maio 2020. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/bolsonaro-despista-imprensa-e-fala- apenas-com-apoiadores-na-frente-do-alvorada-1.423283>. Acesso em: 30 jul. 2021.

FACEBOOK. *Jair Messias Bolsonaro*. Live. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

G1. *Bolsonaro discursa em Brasília para manifestantes que pediam intervenção militar*. 19 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/19/bolsonaro-discursa-em-manifestacao-em-brasilia-que-defendeu-intervencao-militar.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2021.

GARCIA, Gustavo; FALCÃO, Márcio. Ato pró-Bolsonaro em Brasília reúne manifestantes em defesa de medidas inconstitucionais. *G1*, 31 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/31/manifestantes-fazem-ato-em-brasilia-em-apoio-a-bolsonaro-e-em-defesa-de-medidas-inconstitucionais.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2021.

GARCIA, Gustavo; FALCÃO, Márcio. Conservadores adotaram idéias da direita radical diz cientista político holandês. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 01 ago. 2021. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,conservadores-adotaram-ideias-da-direita-radical-diz-cientista-politico-holandes,70003796205>. Acesso em: 14 fev. 2022.

PALACIO, Fábio. Estética fascista une fantasias de Bolsonaro a Mussolini com Motos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 maio 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/05/estetica-fascista-une-fantasias-de-bolsonaro-e-mussolini-com-motos.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2021.

YOUTUBE. *Live da Semana*. Presidente Jair Bolsonaro. 29 jul. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C4sE3OAVpHY>. Acesso em: 30 jul. 2021.

